

‘Porque quem é mesmo é não sou’¹.
Repensando as possibilidades do urbano a partir do cotidiano

Ana Carolina Campos de Melo (UFPA)²
Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA)³

RESUMO

Nas primeiras duas décadas do século XXI, houve a formação de repertórios e instrumentos de política urbana no Brasil, com o propósito de garantir direitos de cidadania e melhor qualidade de vida nas cidades. Apesar dos avanços parciais na efetiva aplicação desses instrumentos, os últimos anos revelam o recrudescimento dramático do processo de neoliberalização das cidades. Este trabalho, na tentativa de contrapor o atual cenário, analisa a partir da ideia de urbano extensivo os limites e as possibilidades das alternativas entretecidas no cotidiano, a partir do estudo de caso de Canaã dos Carajás, no sudeste paraense.

Palavras-chave: Canaã dos Carajás, vida cotidiana, urbanização estendida, politização do espaço.

1. O URBANO ENTRETECIDO NO COTIDIANO.

Da polis grega à cidade contemporânea, o urbanismo como uma prática social tem uma trajetória notadamente alinhada com o *status quo*, o que se reflete na própria orientação dos estudos urbanos, por muito tempo conduzidos hegemonicamente pelas teorias do Norte Global. As abordagens contemporâneas sobre a cidade e sobre o processo de urbanização têm buscado reposicionar os conceitos e teorias urbanas a partir do Sul Global, diante da necessidade de formulação de novas epistemologias que reconheçam as diferenças, a complexidade e diversidade destes contextos (ROBINSON, 2002; ROY, 2015; SANTOS, 2004).

Na realidade brasileira também há inúmeras contradições entre a realidade e as teorias urbanas. Apesar da existência de um repertório vasto de estudos, instrumentos e parâmetros normativos sobre o tema urbano, há visões que associam a precariedade urbana como parte inextricável do modelo desenvolvimento urbano brasileiro, baseado redução dos custos reprodução da força de trabalho, impulsionando a acumulação de capital nos centros mais dinâmicos (Oliveira, 2003), ampliando a desigualdade entre espaços valorizados e desvalorizados a partir da distinção entre “formal” e “informal” (Roy, 2010).

Apesar dos acertos dessa leitura, há também um descolamento entre o que esta interpretação sobre a produção capitalista da cidade no Brasil as diversas realidades e complexidades regionais. Esta leitura ao tratar sobre o complexo e detalhado aparato regulatório das cidades – planos diretores, zoneamentos, códigos de obras, etc. – e o padrão de ilegalidade urbana em favelas, ocupações, periferias, deste ponto de vista se associam a realidade das grandes metrópoles brasileiras, sobretudo do Sudeste. Outros autores, como Monte-Mór (2004), Cardoso (2006, 2020), Castriota (2021), argumentam sobre a complexidade e diversidade do urbano, sobretudo amazônico, as quais exigem lentes menos viesadas pela noção do urbano enquanto metrópole para sua interpretação.

¹ Este artigo faz referência ao trecho da canção ‘Canto de Ossanha’, escrita por Vinicius de Moraes, com objetivo destacar as potencialidades de soluções existentes no cotidiano que se manifestam em contextos onde os sujeitos envolvidos em práticas socioespaciais virtuosas possuem limitado acesso às condições de cidadania, revelando espaços e sujeitos que ainda ‘não são’.

² Programa de Pós-Graduação em Economia, PPGE-UFPA, Brasil. E-mail: carolmelo.08@gmail.com.

³ Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Economia, UFPA, Brasil. E-mail: acardoso@ufpa.br

Ao analisar a questão da metropolização contemporânea brasileira em relação à questão ambiental, Monte-Mór (1994) coloca a necessidade de se pensar para além das cidades, atingindo o conjunto dos espaços urbanizados, incluindo o rural. Apesar de não estarmos aqui tratando de metrópoles, as transformações recentes dos espaços urbanizados no sudeste paraense estão intimamente relacionadas às transformações da metrópole contemporânea brasileira, na medida em que a origem dos mesmos é consequência direta de projetos de industrialização e colonização, incorporando populações, racionalidades e modos de vida tipicamente urbanos. É o caso por exemplo de vilas e núcleos urbanos periféricos do sudeste do Pará, muitas vezes originados a partir de projetos de assentamentos rurais, mas que hoje estão inextricavelmente ligados ao urbano.

Segundo Becker (2015[1990]) a compreensão do processo de transformação da Amazônia não pode ser entendida sem que seja igualmente investigado o processo de urbanização alavancado no território. O urbano foi o elemento que ofereceu as bases para projeto de ocupação e estruturação da fronteira. Para Becker, os núcleos urbanos exercem duas funções importantes neste processo, circulação da força de trabalho e do capital e base da ação política e ideológica do Estado. Além disso, são os embriões para geração de novas realidades socioespaciais.

Monte-Mór (2004) argumenta que, embora a urbanização extensiva acompanhe um processo de generalização das condições de produção industrial, e conecte os núcleos urbanos mais remotos à centralidade urbano-industrial a partir de sua “forma socioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações”; o urbano extensivo igualmente amplia as possibilidades de construção de projetos emancipatórios, na medida em que suporta e reúne as manifestações virtuosas da pólis e da urbe, a saber, a práxis urbana, a política e a cidadania (MONTE-MÓR, 2004). No urbano periférico e, no caso específico da Amazônia, a singularidade do espaço e seus diferentes gradientes de combinação, onde os impulsos de modernização se (re)arranjam de forma incompleta no território resultam, como enfatiza Monte-Mór (2004) em:

múltiplas combinações sociais-espaciais-temporais a partir de dualidades aparentemente paradoxais, muitas vezes combinando processos incompletos de modernização com tentativas de construção de modernidades radicais e surpreendentes redefinições de tradições culturais e de práticas sociais. (MONTE-MÓR, 2004, p. 5).

Nesta linha de análise, argumentamos que um exame mais atento sobre a vida cotidiana, além de oferecer pistas sobre os novos espaços urbanos, ao conectar o nível local à processos de extensão planetária, também apontam para uma ampla gama de *insights* para pensarmos em outras formas de organizações socioespaciais, mais coerentes com a realidade em que se situam. Uma vez que a cotidianidade pode servir de matéria-prima para reconstrução de estratégias/alternativas socioespaciais baseadas em conteúdos históricos, em experiências culturais virtuosas e na renovação de saberes vinculados às práticas cotidianas.

Segundo Lefebvre, em *A vida cotidiana no mundo moderno* (1991[1968]), a ideia de cotidianidade expressa o mundo não-filosófico “para e pela filosofia”. Ou seja, o conceito não busca definir, sem mediações, uma representação objetiva da vida diária (o mundo não-filosófico), trata-se mais precisamente de um movimento do pensamento que expressa a possibilidade de transformação do cotidiano por meio da reflexão crítica, ou seja, da filosofia. Isso implica em descrever e analisar o cotidiano a partir de suas possibilidades e limites, com objetivo de revelar a riqueza subjacente a sua manifestação e, mais especificamente, a atividade criativa permanente que se costura no nível da vida diária. Como descreve o autor:

O cotidiano, como conjunto de atividades em aparência modestas, como conjunto de produtos e de obras bem diferentes dos seres vivos (plantas, animais pertencentes à natureza), não seria apenas aquilo que escapa aos mitos da natureza, do divino e do humano. (...) Seria algo mais: não uma queda vertiginosa, nem um bloqueio ou obstáculo, mas um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade criatividade – meios e finalidade etc.), interação dialética da

qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis). (LEFEBVRE, 1991[1698], p. 19-20).

Com base na interpretação de Lefebvre (1991[1698]), queremos dizer, que sem desconsiderar as forças políticas e sociais históricas mais amplas do tecido urbano capitalista, a experiência da vida em pequena escala oferece ao pensamento crítico não só material empírico, mas a possibilidade de entrever um caldo de alternativas que são cultivadas e moldadas no aqui e no agora, e que podem se tornar mais do que um testemunho atento da realidade. A interpretação do seu significado pode orientar novos horizontes possíveis para o enriquecimento da vida diária e material (SILVA, 2017). A cotidianidade é assim, para além de uma questão empírica, uma virtualidade cheia de novas possibilidades.

2. A QUEM O URBANO ILUMINA?

No Brasil, em meio aos recuos democráticos vividos nos últimos anos, que apontam para uma encruzilhada civilizatória, uma perspectiva alternativa da realidade soa puro exercício de abstração, e é deste ponto vista, que este texto busca contrapor ao cenário atual, o argumento de que há práticas socioespaciais, percebidas no urbano amazônico, que apesar de imersas em contradições e limites, contêm potenciais socialmente emancipatórios e podem constituir embriões de uma matriz urbana socialmente mais justa e inclusiva, incorporando novas formas de produzir e viver em sociedade-natureza (EUCLYDES, 2016).

Esta ideia é orientada por uma premissa central anunciada e desenvolvida por Henri Lefebvre, em sua obra *A Revolução Urbana* (LEFEBVRE, 2008[1970]), a saber: a urbanização completa da sociedade, coincidente com a formação da sociedade urbana. Essa nova sociedade ou este novo urbano, é definido pelo autor como uma realidade em movimento, que mantém uma relação dialética com a realidade atual, mas caminha em direção a um outro horizonte. Trata-se do urbano entendido como virtualidade iluminadora, movimento capaz de superar “a redução da vida urbana (estruturas, cotidiano, reprodução) a puro suporte da produção industrial” (SILVA, 2017, p. 238). Nessa via, assumimos o espaço amazônico como laboratório de estudo privilegiado para a reflexão crítica sobre o fenômeno urbano como processo global e horizonte emancipatório (LEFEBVRE, 2008[1970]; MONTE-MÓR, 1994, 2004).

A noção de urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994) deriva da hipótese presciente de Henri Lefebvre sobre “a urbanização completa da sociedade”, antecedida por um movimento dicotômico de implosão (concentração, aglomeração das práticas urbanas) e explosão (extensão do tecido urbano e intensificação das conexões entre os espaços) da cidade. Segundo Monte-Mór (1994, p. 3), o conceito corresponde ao processo de espraiamento do tecido urbano-industrial “que se estende para além da cidade e arredores para eventualmente atingir todos os espaços regionais, nacionais e, eventualmente, mundial”. Movimento simultaneamente vetor de cidadania e de modernidades em direção a fronteiras e regiões remotas, capaz de tornar possível a politização intensa e rápida de movimentos sociais e comunidades, como os povos da floresta na Amazônia (MONTE-MÓR, 1994).

O movimento realizado durante o processo de expansão do tecido urbano, permite o transbordamento dos processos urbano-industriais de produção (e reprodução) e, ao mesmo tempo, a generalização de uma trama socioespacial associada “a práxis urbana, a política e a cidadania” (MONTE-MÓR, 2015). Nesta via, as contribuições de Lefebvre e a noção de urbanização extensiva, nos ajudam a interpretar os movimentos mais amplos da urbanização capitalista, a partir do caso de Canaã dos Carajás no Sudeste Paraense, e também nos fornecem meios para analisar a cotidianidade como uma lente para compreensão das especificidades do espaço naquele contexto. Assim como, nos permitem avançar na interpretação e análise das possibilidades de emergência de uma realidade emancipatória no urbano amazônico, bem como os obstáculos que freiam a realização plena deste movimento.

3. CANAÃ, O LUGAR QUE AINDA NÃO É.

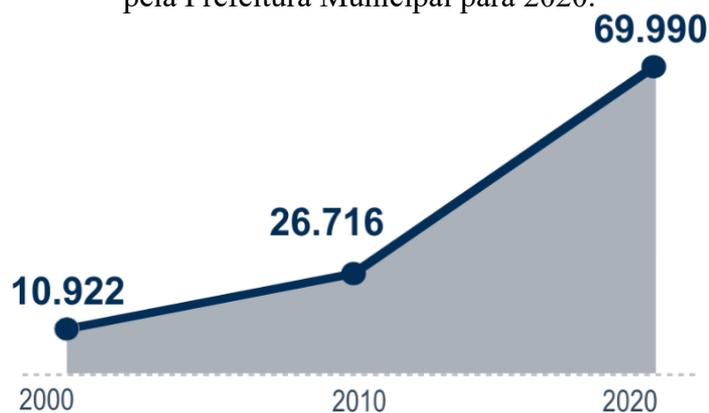
Canaã dos Carajás originou-se de uma vila criada como iniciativa de colonização federal pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), em um território conhecido pela fertilidade de suas terras; o município foi emancipado na década de 1990, e transitou de sua vocação agrícola para atividades mineradoras. Inicialmente, com a instalação da Mina do Sossego, inaugurada em 2004, e depois com o projeto S11D, maior projeto de extração de minério de ferro da Vale S/A, o qual promoveu significativas alterações no relacionamento urbano-rural. Neste sentido, a formação de Canaã dos Carajás é marcada por duas trajetórias produtivas com grande influência sobre as dinâmicas do município: a agrária e a mineradora.

Na década de 1980, Canaã integrava o território de Marabá e foi uma das áreas escolhidas pelo governo federal para oferecer suporte ao Programa Grande Carajás (PGC). Via GETAT foram criados os projetos de colonização Carajás I, II e III, que deram origem aos Centros de Desenvolvimento Regional, chamados CEDERES I, II e III, voltados à produção agrícola de culturas básicas para atender a população migrante atraída pelo PGC. Em 1984, foram assentadas mais de 1.500 famílias nas áreas denominadas CEDERES II e III, esta última foi o embrião da atual sede de Canaã dos Carajás, cujos colonos, oriundos de outras regiões, receberam lotes de aproximadamente 50 hectares. Embora, essa política fosse voltada para os pequenos agricultores, os colonos tiveram grande dificuldade de se fixar no local, em decorrência da precariedade dos serviços urbanos (saúde, educação, comunicação, energia elétrica), da carência de incentivos e assistência técnica para trabalhar a terra, do esgotamento das terras florestas e das dificuldades de acesso por estradas, na década de 1980, a viagem para Parauapebas, à 70 km de distância, chegava a alcançar dois dias.

Devido a precariedade das condições de permanência, muitos colonos venderam seus lotes para fazendeiros e famílias recém-chegadas à região, estima-se que na última década apenas 10% dos lotes titulados permaneciam ocupados por seus titulares originais (BANDEIRA, 2014). As mudanças na estrutura fundiária hoje configuram um complexo mosaico de ocupações do território, formado por unidades camponesas, pequenas e médias fazendas e grandes latifúndios (CABRAL, ENRÍQUEZ E SANTOS, 2011).

O perfil agrícola de Canaã, começou a mudar com o anúncio do Projeto Mina do Sossego, para exploração de cobre. Com o anúncio do Projeto, Canaã passou por mudanças comuns em municípios impactados pela mineração, atraindo um contingente populacional significativo, quase triplicando sua população em uma década (ver Figura 1).

Figura 1 - Crescimento Populacional da População de Canaã dos Carajás, com projeção realizada pela Prefeitura Municipal para 2020.



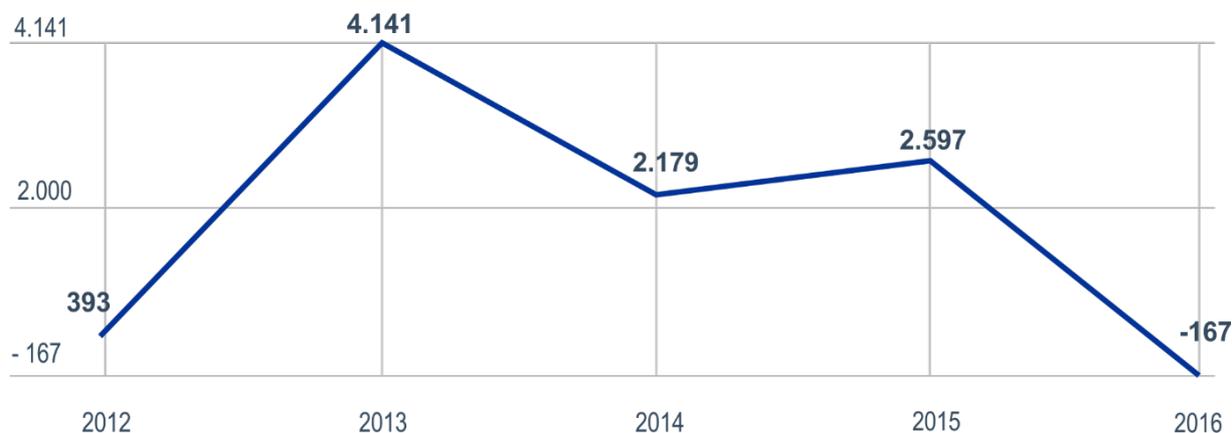
Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010 e Canaã, 2018.

Diferente da implantação do Projeto Grande Carajás, em 1981, em Parauapebas, a relação construída entre território e empresa foi de um novo tipo em Canaã. A empresa Vale S.A., já privatizada, adotou estratégias de integração ao mercado financeiro ampliando ritmo e escala de sua atuação. Mas as mudanças mais drásticas foram sentidas durante a implantação do Projeto S11D, a partir de 2012.

A chegada do Projeto S11D produziu uma rápida urbanização através da expansão de investimentos no ambiente construído, que resultou sobretudo no incremento dos preços dos imóveis. Muitas dessas pessoas não conseguiram permanecer no município, porque somado aos

preços impraticáveis associados à extração de renda da terra, também viram desaparecer as oportunidades de inserção no mercado de trabalho assalariado com o fim das obras do S11D (ver Figura 2).

Figura 2– Geração de empregos formais, saldo líquido de vagas abertas e fechadas até 2016.



Fonte: Prefeitura de Canaã dos Carajás, IBGE e Caged. Elaboração própria a partir de infográfico do site <https://www1.folha.uol.com.br> (2016).

Neste mesmo cenário de recuo do conjunto de investimentos associados à exploração mineral, houve a reconfiguração de práticas associadas ao cultivo e a produção de alimentos tanto na sede municipal quanto no entorno e em áreas mais distantes. No campo realizado entre abril e maio de 2018, observamos a formação e consolidação de novas ocupações agrícolas, localizadas fora do perímetro urbano do município, porém profundamente associadas ao par ruralidade-urbanidade.

Mobilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2015, migrantes, ex-funcionários da mineração e agricultores sem-terra, iniciaram as ocupações das áreas adquiridas pela Vale S.A, na expectativa de reversão dessas aquisições face às ambiguidades e/ou irregularidades dos processos de compra de terras. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) levantou indícios de venda de 1.190 lotes para mineradora, originalmente destinados pelo GETAT para reforma agrária. Como contra movimento ao processo de compra de terras deslanchado pela Mineradora Vale S/A, 6 acampamentos articulados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás (STRCC) começaram a se formar: Grotão do Mutum, Serra Dourada, Rio Sossego, Alto da Serra, Marajá, Monte Sião.

Quando os projetos de assentamento Carajás II e III foram implantados, na década de 1980, os migrantes eram predominantemente pequenos agricultores rurais vindos, principalmente, do Maranhão, de Goiás e Tocantins, hoje o perfil dos acampados, embora diverso, é dominado por pessoas que já desempenharam ou desempenham alguma função ligada a indústria mineradora ou a serviços urbanos.

Se de um lado, como afirma Merrifield (2012, p. 82), atualmente “os lugares rurais tornam-se parte integrante da produção pós-industrial e da especulação financeira, engolidos por um “tecido urbano” que continuamente estende suas fronteiras, corroendo incessantemente os resíduos da vida agrária, devorando tudo e em toda parte para aumentar a mais-valia e acumular capital”. De outro, as formas contemporâneas do rural parecem ser redefinidas permanentemente, dando origem a diferentes combinações, nunca desaparecendo por completo, próximo do que afirma Ghosh (2017: 4):

(...) a categoria do rural tem em si um conjunto de valores qualitativos que podem retroceder e quase desaparecer, mas nunca deixam de existir. Em outras palavras, embora a categoria do rural possa se tornar fraca até o ponto da invisibilidade perceptiva, suas construções simbólicas e culturais persistem.

A persistência da ruralidade é constatada no cotidiano de Canaã dos Carajás, onde as relações camponesas tendem a ser recriadas mesmo num espaço onde, pelo menos de forma

aparente, essas relações são sistematicamente destruídas. Desde a implantação dos projetos minerários as relações urbano-rurais foram notavelmente alteradas, um exemplo disto é a mudança geracional das atividades rurais para urbanas. Hoje, os filhos de camponeses tendem a assumir postos de trabalho na indústria mineradora, não apenas pelos atrativos ligados às garantias do trabalho formal, mas principalmente por motivações institucionais - como o fato dos colonos pioneiros terem enfrentado amplas dificuldades de manterem seus cultivos agrícolas, enquanto eram fortemente incentivados ao desmatamento, à produção de pastagem e à criação de gado. Para os pioneiros a produção agrícola em muitos casos foi suplantada pela produção agropecuária, leiteira e de corte, mais rentável e incentivada pelo aparato institucional desde a década de 1980. Também notamos nas entrevistas a tendência de encerramento das atividades rurais (agricultura, pecuária leiteira e de corte) realizadas por antigos colonos, especialmente com a implantação da Mina do Sossego, seja em razão do grande estímulo à venda de suas terras com a chegada dos projetos de mineração, seja porque o conhecimento e o interesse na atividade ficaram circunscritos à esta geração, ou seja, os filhos desses colonos passaram a realizar atividades urbanas.

Assim, os colonos orientaram a nova geração a estudar e trabalhar em outros contextos e a buscar atividades urbanas sempre que possível, incentivando não apenas a saída do campo, mas a emigração das novas gerações para outras cidades e regiões. Um exemplo dessa descrença na região é a dificuldade de acesso à escola do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial localizada na sede municipal, por falta de solução de transporte público municipal. A concentração de equipamentos na sede municipal desconhece o padrão histórico de dispersão da população nativa na Amazônia (HECKENBERGER, 2017).

Contudo, nos últimos anos, há um outro movimento em curso, movido menos pela vontade deliberada dos moradores de voltar ao campo, do que pela insuficiência de alternativas oferecidas na cidade: a disseminação dos acampamentos rurais, todos relativamente próximos a sede urbana.

Como argumenta Monte-Mór (2004), embora a urbanização extensiva acompanhe um processo de ampliação das condições gerais de produção industrial (incluindo também um novo padrão de reprodução, de caráter urbano-industrial), o urbano extensivo igualmente amplia as possibilidades de construção de cidadania e politização do espaço (MONTE-MÓR, 2004). Em certo sentido, a realidade urbana em Canaã dos Carajás, apoia fortemente esse argumento, a partir da emergência de um movimento camponês informado em sua luta, organizado pela CPT e STTR, embora historicamente atuem no campo, estão articulados à rede institucional da cidade. Portanto, os novos acampamentos são movimentos sociais urbanos, informados sobre seus direitos e suas formas de acesso, embora igualmente se manifestem por meio de práticas rurais.

Essa condição não se deve à proximidade do núcleo urbano, mas sobretudo às relações mantidas com redes institucionais que são mobilizadas 'em cidades'. A experiência dos acampamentos urbano-rurais de Canaã revela a simultaneidade entre o passado camponês e o presente urbano. Apesar da indução de vocações urbanas, e da manifestação de um urbano extensivo que torna o sudeste paraense subordinado a interesses baseados na China (minério) ou Oriente Médio (gado vivo), *não é possível afirmar que as expressões de ruralidade deixaram de existir*, ou que tenha ocorrido *uma completa adesão do urbano neste contexto*. Em Canaã dos Carajás a dicotomia entre o par urbano-rural não existe, ali coexistem dialeticamente manifestações do campo e da cidade; formando um caleidoscópio que atualiza o espaço amazônico, combinando dimensões do urbano-mineral ao que já existia.

4. AS POTENCIALIDADES DO ESPAÇO DE QUEM AINDA NÃO É⁴

⁴ A pesquisa de campo foi realizada em três etapas. A primeira incursão foi realizada de 08 de agosto de 2016 à 15 de agosto de 2016, seguindo a mesma abordagem utilizada durante a dissertação: levantamento de documentos oficiais, registros fotográficos, observações sistemáticas e a realização de entrevistas com sujeitos representativos. Em parceria com mais dois pesquisadores vinculados ao projeto Economia e Cidade, visitou-se a sede municipal de Canaã dos Carajás e foram realizadas 30 entrevistas com quatro perfis de entrevistados: a) profissionais atuantes no setor imobiliário: corretores, profissionais da construção civil, construtores; b) moradores do município: migrantes, colonos e pioneiros; c) representantes do setor público: servidores públicos, secretários e técnicos do município; d) e, representante do terceiro setor: diretoria da agência Canaã. As entrevistas semiestruturadas abordavam temas

Entre os dias 22 e 26 de novembro de 2016 foram aplicados 216 questionários em 4 áreas de Canaã dos Carajás: núcleo urbano inicial, 1ª área de expansão, 2ª área de expansão e núcleos urbanos informais. O modelo de questionário abordou 8 eixos: socioeconômico, migração, trabalho e renda, vida financeira, moradia, vida cotidiana, relações urbano-rurais e cidadania e política. Além disso, a pesquisa contou com mais 2 campos qualitativos. No primeiro campo, em agosto de 2016, foram conduzidas 30 entrevistas semi-abertas, e no segundo, entre abril e maio de 2018, foram realizadas atividades de observação participante, entrevistas semi-estruturadas, registros fotográficos, levantamento e análise materiais documentais, históricos e cartográficos. A partir da análise dos dados levantados acima, buscou-se organizar evidências advindas da experiência concreta baseada no cotidiano dos moradores de Canaã dos Carajás, com objetivo de apresentar argumentos acerca da realização de práticas socioespaciais com potenciais transformadores e de emancipação social, mesmo inscritas em uma realidade urbana precária e de acesso limitado às condições de cidadania.

A Amazônia brasileira foi interpretada há 37 anos, por Bertha Becker, como uma região ‘não plenamente integrada ao espaço global’, e ainda é vista como um espaço em que a conversão à racionalidade e às condições de produção globais, não se completaram (CARDOSO, 2021), sustentando com dificuldade a definição de ‘um espaço de projeção para o futuro’, no sentido de ser capaz de engendrar arranjos socioespaciais inovadores e virtuosos por meio da combinação singular de elementos naturais e sociais. Os resultados da pesquisa realizada entre 2016 e 2018, em Canaã dos Carajás, revelam dinâmicas do cotidiano baseadas no conhecimento popular que apresentam possibilidades de enriquecimento da vida social, desde que sejam garantidos os mecanismos institucionais para sua reprodução (MELO, 2020) e as condições para que estas práticas não sejam reduzidas à lógica da mercadoria e da racionalidade competitiva próprias da razão neoliberal (DARDOT, LAVAL, 2015).

A investigação empírica revela a prática da agricultura urbana, como uma atividade orientada por princípios de organização social desviantes dos padrões de homogeneização das condições de vida e trabalho associados ao funcionamento da mineração. O caso de Canaã dos Carajás ilustra as contradições que operam em um espaço que é seletivamente conectado ao mercado global de commodities agrícolas e minerais (ENRÍQUEZ et al., 2018; MALHEIRO, 2019; MICHELOTTI, 2019), e, simultaneamente, conectado com práticas que renovam o vínculo entre pessoas e natureza viva, em um cenário profundamente orientado pela organização urbano industrial (SOUTO, 2018).

Do ponto de vista socioeconômico, a população entrevistada era em sua maior parte nortista e nordestina, e dentre a população nordestina haviam, sobretudo, maranhenses. 87,45% dos entrevistados eram pessoas não brancas (pardos, pretos, indígenas, etc.) e 66,7% eram mulheres. O perfil de entrevistados era predominantemente jovem, 63% tinham entre 15 e 39 anos. Como podemos observar, os resultados revelam uma amostra populacional semelhante ao da população brasileira no que se refere ao perfil da população brasileira em termos de cor, raça e gênero.

relacionados ao perfil socioeconômico dos entrevistados, trajetória dos moradores no município, atuação do setor imobiliário e do setor público nas últimas décadas. A segunda incursão, foi realizada no período de 22 a 26 de novembro de 2016, e na ocasião foram aplicados 216 questionários, com perguntas fechadas e semiabertas relacionadas aos seguintes eixos: socioeconômico, migração, trabalho e renda, vida financeira, moradia, vida cotidiana, relações rurais e cidadania e política. Entre abril e maio de 2018, foi realizado o último campo de pesquisa no sudeste paraense, nos municípios de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, focado na coleta de dados sobre a atuação nesses municípios de instituições públicas e privadas, sindicatos, movimentos sociais, ONG'S, ativistas e pesquisadores. Esta terceira incursão, foi realizada em dois ciclos: no primeiro, em abril, foram feitas entrevistas com pesquisadores, professores, representantes de movimentos sociais e instituições públicas, moradores dos acampamentos, vilas e assentamentos rurais e moradores da sede municipal; no segundo, em maio, foram feitas novas entrevistas, registros fotográficos, levantamentos documentais e participação-observante no I Encontro Nacional do MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração, realizado em Parauapebas (PA) entre os dias 18 e 21 de maio de 2018.

Figura 3 – Moradores entrevistados por Local de Nascimento.



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas em agosto de 2016.

Quadro 1 – Moradores entrevistados por Raça, Idade e Gênero.



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas em agosto de 2016.

Do universo de pessoas entrevistadas que realizam atividades agrícolas para geração de renda, 72,22% afirmaram realizá-las através de práticas de cultivo de hortas (ver Figura 4). Essa característica é ilustrada na manifestação singular de uma trajetória que permanece recriando experiências de ruralidade tanto na sede municipal como fora do perímetro urbano, apesar do baixo interesse no âmbito das políticas públicas e das pautas de investimento voltadas ao desenvolvimento agrícola urbano e familiar.



As práticas de agricultura urbana têm articulado formas de conhecimento tradicional e popular a partir da história de vida de seus participantes. Uma vez que, os pequenos produtores, em sua quase totalidade advindos do Nordeste têm uma longa experiência enraizada no campo, somada ao saber adquirido sobre ao manejo do bioma amazônico nas últimas décadas.

Figura 4 – Atividades realizadas pelas pessoas que afirmaram manter alguma prática agrícola como meio para geração de renda.

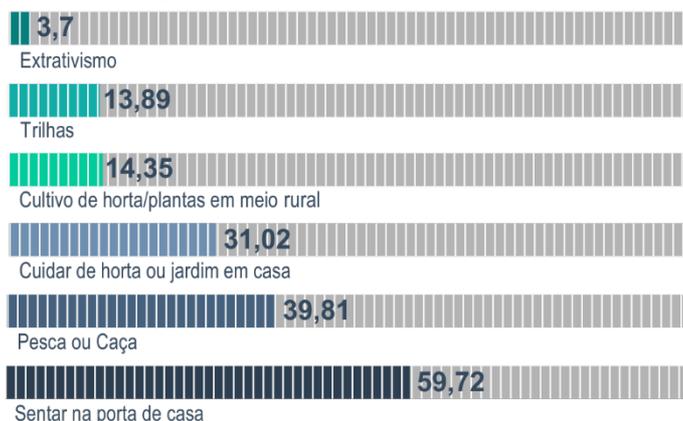


Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas em agosto de 2016.

No entanto, apesar da diversidade de práticas agrícolas encontradas em Canaã (vilas, chácaras, fazendas, assentamentos, acampamentos, hortas em terrenos vazios, cultivos em quintais), elas são de modo geral consideradas residuais.

A própria percepção dessas atividades, como trabalho ou lazer, reflete o lugar tomado pelas práticas de cultivo na vida cotidiana dos moradores. Os gráficos a seguir mostram que, do universo de moradores entrevistados, 45,37% confirmam cultivar hortas e manter atividades semelhantes como lazer (ver Figura 5), enquanto apenas 16% dos entrevistados afirmaram realizar as mesmas atividades como estratégia de geração de renda.

Figura 5 – Atividades agrícolas realizadas pelos moradores vistas como lazer



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas em agosto de 2016.

Em nossa interpretação, os resultados revelam tanto a condição em que tais práticas emergem, comumente como atividades de sobrevivência para complementação da renda e da alimentação da população de baixa renda, devido ao preço elevado dos alimentos (ver Quadro 2); como a procura de estratégias de sobrevivência menos vinculadas ao mercado e mais conectadas às relações cotidianas domésticas e lógicas econômicas baseadas na partilha, cooperação e reciprocidade.

Quadro 2 – Entrevista com moradora de Canaã dos Carajás.

Bairro Residencial Canaã



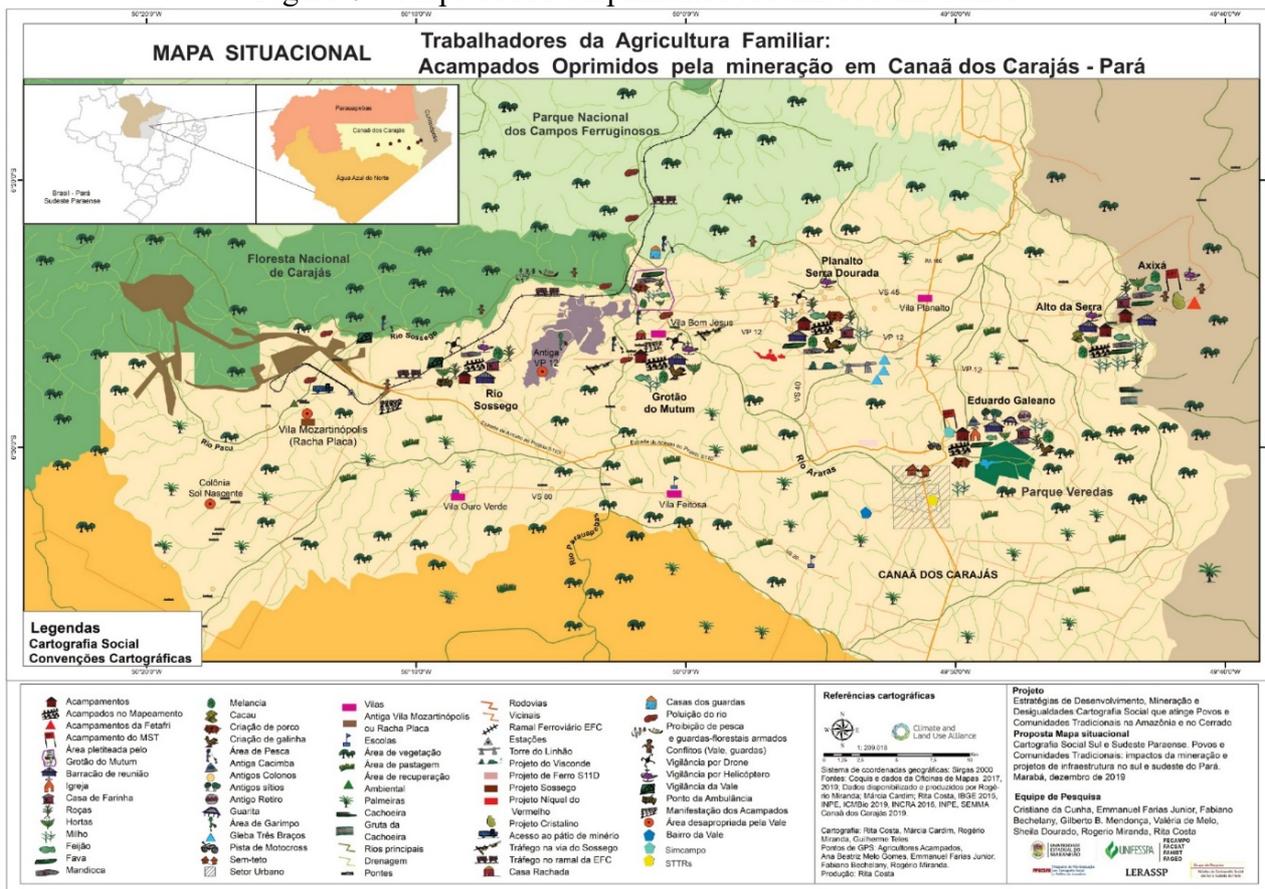
Na residência de Dona Raimunda foram identificadas plantações de: alface, cebolinha, cheiro-verde, tomate, melancia, hortelã, boldo, gengibre, dentre outros



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas em agosto de 2016.

Em 2015, quando diversos acampamentos começaram a se formar no município (MALHEIRO, 2019) (ver Figura 6), foi colocado em curso um contra movimento a dois processos deslanchados pela grande mineração: a desmobilização das práticas de agricultura familiar e do campesinato e a compra de terras rurais pela Mineradora Vale S/A em Canaã. Para além de uma estratégia de luta pela terra, a ação dos acampados tem se configurado como estratégia de reprodução das famílias ocupantes a partir de práticas de cultivo e da produção de alimentos, e se expandido para além dos limites desses acampamentos.

Figura 6 – Mapa dos Acampamentos localizados em Canaã.



Fonte: Nova Cartografia Social da Amazônia, 2019.

Durante as entrevistas realizadas em 2018, um dos representantes do STRCC, informou que os acampamentos tem contribuído de forma significativa para o abastecimento local de alimentos, com a comercialização da produção de excedente, embora “o grosso seja para consumo”. Segundo o entrevistado, a produção dos acampamentos abastece pelo menos 5 mil famílias em Canaã e se “os assentados não produzirem, não há abastecimento do mercado (em Canaã)”, enfatiza ainda que o avanço da mineração no município “prejudica as duas famílias, a da cidade e do campo, a que planta e a que consome”.

Encontramos nessas áreas produções de milho, feijão, arroz, abóbora, mandioca, e banana, com maior ou menor diversidade a depender do acampamento. No Marajá, uma família somente chegou a ter uma produção de 7 mil pés de banana. De acordo com representante do Serra Dourada, os acampados desenvolveram nas terras ocupadas o cultivo de arroz, alcançaram a colheita de 25 a 30 sacas de milho por safra e produziram 40 toneladas de melancia e abóbora em 2017. O entrevistado reclama da ausência de assistência técnica nos acampamentos e sua fala reflete a mudança na condição de vida que pode ser proporcionada pelo cultivo de alimentos: “eu trabalhava de diária para sobreviver, dormia no chão, hoje, consigo pagar diária... nós temos história para contar aqui”.

A luta da população em favor de seu modo de vida e de sua própria sobrevivência, revela o peso que a dimensão política possui na fronteira amazônica (VELHO, 2009[1976]). A atuação dos acampamentos tem demonstrado o fortalecimento das conexões urbano-rurais sob diversas formas, viabilizando a permanência, a articulação e o surgimento de novas organizações e movimentos sociais. A mobilização de acampamentos urbano-rurais em Canaã dos Carajás, têm resultado num duplo movimento: a) de fortalecimento das práticas de mobilização coletiva no território; b) e da diversificação do perfil dos movimentos sociais.

Os acampados relataram um forte vínculo com as atividades da terra, e uma consciente percepção da relação de co-dependência entre suas atividades e a natureza, com forte interação e aprendizado com os ecossistemas. Apesar das dificuldades de institucionalização das práticas agrícolas, os acampados não manifestam interesse de mudar de ocupação devido ao maior grau de autonomia que eles possuem em comparação com outras formas de trabalho assalariado. Isso permite que durante os períodos de entressafra, as pessoas possam desenvolver outras atividades. A racionalidade baseada na unidade da família (COSTA, 2012), na busca de autonomia, na reprodução da vida e em relações de ajuda-mútua e não necessariamente vinculadas ao mercado são as orientações que caracterizam as experiências encontradas nestes seis acampamentos.

A agricultura urbana em Canaã é um exemplo de uma experiência com pleno potencial para o “enriquecimento mútuo das relações entre sociedade e natureza” (SILVA, 2017, p. 20), oferece mais do que oportunidades de geração de trabalho e renda. É uma oportunidade de desenvolvimento de uma cadeia produtiva que necessariamente depende da natureza enquanto matéria viva (SILVA, DINIZ E FERREIRA, 2013).

Em Canaã, as iniciativas de moradores e acampados na agricultura urbana, informam uma experiência embrionária, que aponta horizontes do urbano possível como promessa emancipatória, com capacidade de oferecer contribuições para economia urbana por meio da combinação de valores e saberes culturais, cujas raízes estão na sua própria população, migrante e pioneira.

5. UM NOVO URBANO?

No espaço amazônico, o tecido urbano extensivo coloca em evidência a dimensão do conflito e do território como campo de disputa, e mobiliza a interação entre movimentos sociais, da cidade e do campo, fortalecendo mutuamente a atuação desses grupos em seus territórios. A região do sudeste paraense é palco de um longo e conhecido histórico de lutas pela terra, protagonizada por agricultores familiares e camponeses (PEREIRA, 2013). Desses contra movimentos, resultam: o aprimoramento dos canais de comunicação entre movimentos sociais, organizações da sociedade civil e universidade, o fortalecimento da rede de movimentos e representações sociais do campo e da cidade e, em seu reverso desumano, no crescente aumento de conflitos e de violência atingindo os povos da Amazônia, em uma região fortemente marcada por relações de alteridade (SAIDLER, 2015).

Há um forte indicativo de Canaã dos Carajás, evidencia uma cultura urbana mais expressiva do que outras cidades da região, em função da influência da atividade mineradora.

Isso acontece porque o processo de urbanização em territórios de mineração se desdobra a partir de um contexto de produção industrial, resultando na configuração de núcleos urbanos “marcados pela concentração e centralização das atividades de produção, reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão num mesmo espaço (urbano)” (MONTE-MÓR, 2001, p. 5-6). O que queremos dizer é que a atividade mineradora ao atrair manifestações urbanas, criou simultaneamente, uma sinergia urbana que é quase inexistente em outros municípios do entorno. Essa capacidade da vida urbana, de concentrar pessoas, atividades, técnica, conhecimento e excedente, é ao nosso ver determinante para o surgimento da articulação entre ruralidade e urbanidade que se constata no cotidiano de Canaã. Sem a capacidade de integração criada pelo tecido urbano a emergência dessas experiências encontraria mais dificuldade de se estabelecer.

Apesar de existir uma forte ligação entre a mineração e a consolidação de uma base urbana, a própria atuação da empresa mineradora transnacional no território, no sentido de excluir parte da população do processo produtivo e realizar o ‘cercamento’ do território (MALHEIROS, 2019), contraditoriamente reforça a renovação de atividades mais ligadas às exigências sociais do que aos princípios de mercado. Neste sentido, a agricultura urbana expressa princípios econômicos como a reciprocidade e a domesticidade, para além da mera troca de mercado, articulada ao tecido urbano e mobilizada por movimentos sociais, organizações e sindicatos.

As novas articulações promovidas pelo urbano também têm funcionado como uma porta de acesso à cidadania e à circulação de informação e conhecimento entre os acampados, permitindo a interação desses grupos com a universidade e a articulação mais politizada da prática que exercem.

A modernização das relações sociais mediadas pelo urbano, se de um lado iluminam o passado, contribuindo para o valorização do saberes ancestrais e tradicionais: através da ampliação do conhecimento dos migrantes sobre o bioma, do fortalecimento da identidade e da ideia de pertencimento, por meio de uma organização autônoma e participativa; por outro, a interação com urbano também projeta para o futuro, sobretudo, no que se refere à incorporação de conhecimento tecnológico e inovação dentro do processo produtivo. As articulações recentes com a universidade têm servido como uma forma de mediação entre conhecimento tradicional e científico.

Para concluir, gostaríamos de enfatizar que as entrevistas revelaram uma percepção quase generalizada entre os moradores de Canaã dos Carajás de que a agricultura urbana não é vista como uma atividade econômica promissora. No entanto, para uma parcela da população migrante que atua nos acampamentos, a agricultura urbana, afirma-se e, surpreendentemente, se (re)configura como alternativa de reprodução. Como argumenta Monte-Mór (1994, 2004, 2015) e como a empiria cotidiana mostra em Canaã dos Carajás, a partir do exemplo dos recentes acampamentos que tem se organizado como contra movimentos à trajetória predominante da pecuária e da grande mineração, a politização do espaço criou possibilidades de enraizamento de novas práticas socioespaciais no urbano. Uma vez que a vida urbana reuniu condições privilegiadas para a criação e o surgimento de inovações (JACOBS, 1970) e permitiu a articulação de novos arranjos institucionais entre movimentos sociais, entidades e organizações públicas e coletivas. No entanto, a frágil constituição dessas experiências como práticas institucionalizadas (POLANYI, 2012) – ou seja, como movimentos contínuos e prolongados de formação de mecanismos institucionais entre bens e pessoas, capazes de superar os efeitos dispersivos do espaço e do tempo e criar as conexões necessárias entre recursos materiais, trabalho, transporte e a distribuição de produtos, inerentes ao processo econômico – reduz, em outro sentido, as chances de afirmação dessas práticas como alternativas para enriquecimento da própria experiência urbana.

Neste sentido, este artigo buscou iluminar essas práticas, assim como contribuir para o debate sobre a possibilidade de fortalecimento de práticas urbanas justas, inclusivas e vinculadas à natureza como força viva. Nesta via, o cotidiano se apresenta como uma encruzilhada para a

construção da práxis urbana e, ao mesmo tempo, como um cenário rico de possibilidades, apresentando alternativas, que articuladas ao urbano e à natureza, podem redefinir seus próprios significados e indicar novas vias em contraste, com as limitadas possibilidades oferecidas pela matriz urbano-industrial.

6. REFERÊNCIAS

BANDEIRA, A. O. Alterações sócio espaciais no sudeste do Pará: a mudança de terra rural para solo urbano na cidade de Canaã dos Carajás. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Pará. 2014.

CABRAL, E. R.; ENRÍQUEZ, M. A.; SANTOS, D. V. dos. Canaã dos Carajás – do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina. In: FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ, M. A. R. da S.; ALAMINO, R. de C. J. (ed.). Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: Grandes Minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. Cap. 3, p. 39-68.

CARDOSO, A. C; CÂNDIDO, L.; MELO, A. C. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, v. 20, p. 121-140, 2017a.

CARDOSO, F. H., MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008[1977].168 p.

COSTA, F. de A. Elementos para uma economia política da Amazônia: Historicidade, territorialidade, diversidade. Belém: Naea, 2012 468 p. (Economia Política da Amazônia).

COSTA, S. C. D da. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. 2016. 204 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, CEDEPLAR, UFMG, Belo Horizonte, 2016.
dx.doi.org/10.1080/00343404.2014.980801

EUCLYDES, A. C. A Hipótese otimista: dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul. 270 f. Tese (Doutorado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFMG, Belo Horizonte, 2016.

GHOSH, S. NOTES ON RURALITY OR THE THEORETICAL USEFULNESS OF THE NOT-URBAN. Nova Iorque: Avery Review, v. 27, n. 1, nov. 2017. Disponível em: <<http://averyreview.com/issues/27/notes-on-rurality>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980. 290 p.

HARVEY, D. Enigma do capital e as do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011 [2010].

HECKENBERGER, M. J. As cidades perdidas da Amazônia: A floresta tropical amazônica não é tão selvagem quanto parece. Scientific American Brasil, n. 90, nov. 2009. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/as_cidades_perdidas_da_amazonia_7.html>. Acesso em: 8 maio 2017.

IANNI, Octávio. A luta pela terra. São Paulo: Cebrap, 1978. 235 p.

JACOBS, Jane. La Economía de las Ciudades. 2. ed. Barcelona: Península, 1975. 285 p.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ufm, 2008 [1970].

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991[1968]. 216 p. (Temas: Sociologia e Política).

MALHEIRO, Bruno C. P. O que vale em Carajás? geografias de exceção e existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. 440 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia, UFF, Niterói, 2019.

MARTINS, J. S. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MERRIFIELD, Andy. Urban Revolution. In: MERRIFIELD, Andy. Henri Lefebvre: a critical introduction. New York London: Routledge, 2006. p. 79-97. MONTE-MÓR, Roberto. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Texto para discussão n. 164, CEDEPLAR, FACE, UFMG, 2001.

MONTE-MÓR, Roberto. Teorias e Práticas Urbanas, condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 55-70.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. Brasil Século XXI por uma nova regionalização (2004): 112-122.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.p. 169-181.

PECK, J. Cities beyond Compare? Regional Studies, v. 49, n. 1, p. 160-182, dez. 2014. <http://>

PEREIRA, Airton dos R. A Luta pela Terra no Sul e Sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. 278 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. 349 p.

POLANYI, K. A subsistência do homem: e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLANYI, K. A subsistência do homem: e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SAIDLER, Marcos F. S. As (in)constâncias da urbe selvagem. 2015. 509 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Npgau, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SHEPPARD, E.; LEITNER, H.; MARINGANTI, A. Provincializing Global Urbanism: a manifesto. Urban Geography, [S.L.], v. 34, n. 7, p. 893-900, 29 jul. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/02723638.2013.807977>.

SILVA, H.; DINIZ, S.; FERREIRA, V. Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [s.l.], v. 15, n. 2, p.61-76, 30 nov. 2013. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n2p61>.

SILVA, Harley. Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira. 2017. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, CEDEPLAR, UFMG, Belo Horizonte, 2017.

SINGER, P. Economia política da urbanização. São Paulo, Contexto, 2014[1973].

VELHO, Otávio G. Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009[1976]. 243 p.